



# Anais da Assembléia

Nº 101

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 27 DE SETEMBRO DE 1988

ANO XIV

2.ª **SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.ª LEGISLATURA**  
ATA DA 79.ª **SESSÃO ORDINÁRIA**  
**REALIZADA EM 27 DE SETEMBRO DE 1988.**  
TERÇA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Antônio Annibelli, secretariada pelos Srs. Deputados Nereu Carlos Massignan e Pirajá Ferreira.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Aribal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Acyr Mezzadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zamusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pesutti, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quilse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valdeir Mendes Vilela e Werner Wanderer (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## SESSÃO ORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura das Atas das sessões anteriores, as quais são aprovadas sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte,

### EXPEDIENTE:

Mensagem:

MENSAGEM Nº 104/88

Curitiba, 14.09.88

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos Convên-

nios nºs 14, 15, 16, 17 18 e 19, de 11 de agosto próximo passado, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, com a participação da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC e, respectivamente, os Municípios de Almirante Tamandaré, Araucária, Campo Largo, Colombo, Curitiba e São José dos Pinhais, objetivando aplicação de recursos financeiros em obras públicas de pavimentação de vias urbanas.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida a apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) **ÁLVARO DIAS**  
Governador do Estado

MENSAGEM N. 105/88

Curitiba, 21 de setembro de 1988.

Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio de Cooperação Técnico-Econômico-Financeira, celebrado em 08 de agosto de 1988, entre o Estado do Paraná com a participação da Empresa Paranaense de Turismo - PARANATUR, e a Empresa Brasileira de Turismo - EMBRATUR, objetivando estabelecer normas de cooperação técnica, econômica e financeira, para a implantação do Centro de Convenções de Curitiba, definido o modo pela qual serão alocados os recursos para o referido projeto.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) **ÁLVARO DIAS**  
Governador do Estado

A Diretoria Legislativa.

Indicação:

### INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

O Líder do PMDB, vem pelo presente indicar o Deputado Paulo Furiatti para exercer uma das vice-lideranças da Bancada do

PMDB, em substituição ao Deputado Lauro Lobo Alcantara.

Sala das Sessões, em 27.09.88.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO  
Líder da Bancada do PMDB

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO N° 401/88**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, preferência de discussão e preferência de votação, ao Projeto de Lei n. 262/88, de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 27.09.88.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

**REQUERIMENTO N° 402**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões, do Projeto de Lei n. 08/88, de autoria do Deputado Pirajá Ferreira.

Sala das Sessões, em 27.09.88

(a) PIRAJÁ FERREIRA

**REQUERIMENTO N° 399**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a retirada na Ordem do Dia por 20 (vinte) sessões, do Projeto de Lei n. 190/86, que cria no âmbito da Governadoria, o Conselho Deliberativo de Edificações e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 27.09.88.

(a) NESTOR BAPTISTA

**REQUERIMENTO N° 387**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Algacir Guimarães.

Outrossim, pede-se que seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 27.09.88.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

**JUSTIFICATIVA:**

Natural de Curitiba, fez seus primeiros estudos primários na cidade de Ponta Grossa. Formou-se pela Escola de Engenharia da Universidade do Paraná em 1935, foi engenheiro da Rede Ferroviária (Rede de Viação Paraná - Santa Catarina), foi professor da cadeira de estradas na Escola de Engenharia da Universidade do Paraná, no período de 1946/47. Desempenhou a função de Diretor de Operações no Departamento de

Transportes da Estrada de Ferro, São Paulo; foi membro do Conselho Ferroviário do Estado de São Paulo, membro do Instituto Nacional Tecnológico de Pesquisas Técnico-Econômicas. Em 1964 foi nomeado Juiz ao Tribunal de Contas e designado presidente da Comissão Estadual de Crédito Rural. Em sua gestão frente à Secretaria da Fazenda o Banco do Estado foi recuperado tornando-se um dos mais importantes estabelecimentos de crédito do País. Foi também em sua gestão que a CELEPAR passou também a ser utilizada pelo governo federal. Como homem público e financista se revelou o engenheiro Algacir Guimarães no âmbito estadual e federal.

**REQUERIMENTO N° 407**

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER à Casa, ouvido o Plenário, seja inscrito nos Anais desta sessão, voto de profundo pesar pelo falecimento do Ex-Governador Algacir Guimarães.

Engenheiro, Ex-Secretário da Fazenda, Ex-Presidente do Banco do Estado do Paraná, Ex-Diretor Geral do DNER, Algacir Guimarães foi eleito para o Governo do Paraná em caráter indireto, pela Assembléia Legislativa, para completar o período administrativo do Governador Ney Braga, quando de sua renúncia para assumir um Ministério da República.

Em todos os cargos públicos que exerceu, Algacir Guimarães honrou a tradição dos homens públicos paranaenses, portando-se com lisura, responsabilidade e alto senso de justiça. Com seu falecimento perde o Paraná uma de suas figuras luminárias. Ao lamentarmos sua perda, pedimos que esta Casa se associe ao luto da família, fazendo-lhe presente este voto de pesar.

Sala das Sessões, em 27.09.88.

(a) ANIBAL KHURY

**REQUERIMENTO N° 414**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de votos de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Sebastião Correia Barbosa, ocorrido em 24.09.88, nesta Capital.

REQUER, ainda, que do presente se dê ciência às seguintes pessoas:

Lidia Sárkanski Barbosa, residente à Avenida Souza Naves, 851, Cristo Rei, Curitiba - Pr.

Edson Neilor Barbosa, endereço acima;  
Eneas Aldor Barbosa, endereço idem,  
Edna Edinéia Barbosa, endereço idem.

Sala das Sessões, em 27.09.88.

(a) ORLANDO PESSUTI

**REQUERIMENTO N° 382**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos à tradicional firma Madeireira Miguel Fortes S/A, de União da Vitória, pela outorga do título "Melhores e Maiores", cuja firma conseguiu classificar-se entre as que conseguiram maior destaque no Estado do Paraná no setor madeireiro.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Senhor Domingos Fortes, Diretor Presidente da Madeireira Miguel Fortes S/A, para que receba e transmita a todos os colaboradores da firma, o reconhecimento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 27.09.88.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

A decisão da importante Revista EXAME encarregada de preparar os "Melhores e Maiores", vem premiar a seriedade e o bom atendimento dessa tradicional indústria paranaense, sediada em União da Vitória. É mais um acréscimo que só faz ampliar o conceito empresarial.

A Madeireira Miguel Fortes S/A, é uma empresa nossa, fruto da visão dos nossos homens de negócios e do trabalho de qualidade. Dedicando-se ao ramo madeireiro há meio século, desenvolveu processos altamente tecnológicos e mesmo pioneiros, principalmente na produção de imbuia, compensados e papel.

Na atual conjuntura brasileira a outorga de um prêmio que significa reconhecimento ao trabalho empresarial tem uma importância especial, porque é no momento da tempestade que mais se valoriza o timoneiro. Diante das circunstâncias da política econômica do país os empresários desenvolvem um trabalho ingente, lutando contra a recessão palpável e sofrida, contra as incertezas de um governo que se mostra tanto intervencionista quanto inseguro e incapaz, contra a inflação sem controle e contra o próprio ceticismo da população.

Daí a razão que consideramos a premiação da Madeireira Miguel Fortes S/A, como um verdadeiro e legítimo reconhecimento à capacidade e à dedicação de nossas lideranças empresariais.

O prêmio "Melhores e Maiores", tem o aval de toda a sociedade, porque reflete o reconhecimento de todos quantos admiram o trabalho desenvolvido pela MIFORTE, que tem um grande e importante papel não só econômico propriamente dito como também social.

Domingos Fortes, é paradigma dos nossos homens de negócios, considerado Capi-

tão da Indústria, que apuram a criatividade e se esforçam para se superar, mesmo nos tempos de maior dificuldade, servindo de exemplo para toda a sociedade.

A Assembléia Legislativa, por esta manifestação de sua Presidência, congratula-se pela feliz escolha e associa-se às homenagens, como um reconhecimento amplo a toda a classe empresarial paranaense, em especial ao setor industrial, que se situa no meio das pressões e recebe os impactos extremos.

#### REQUERIMENTO N° 397

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o registro em Ata da presente sessão de voto de congratulações ao Senhor Juiz Eleitoral da 121ª Zona Eleitoral, de Marechal Cândido Rondon-PR, Dr. José Joaquim Guimarães da Costa, pelas medidas recentemente adotadas quanto à propaganda eleitoral na área sob sua jurisdição. Proibem elas a colocação de propaganda política em bens públicos, pinturas de postes, árvores, bonês etc. como propaganda eleitoral. Igualmente o mencionado Juiz Eleitoral proibiu doações que caracterizem propaganda eleitoral, além de impedir que candidatos façam uso da palavra em inaugurações de obras públicas.

Requer, outrossim, que cópia do presente requerimento seja enviado ao Senhor Juiz acima mencionado, remetendo-a ao Fórum de Marechal Cândido Rondon - PR, CEP 85.960.

Sala das Sessões, em 27.09.88

(a) GERNOTE KIRINUS

#### JUSTIFICATIVA:

Há poucos dias o Senhor Juiz da 121ª Seção Eleitoral, Dr. José Joaquim Guimarães da Costa, de Marechal Cândido Rondon - PR, reuniu os coordenadores de campanha das diversas agremiações e coligações partidárias que disputam a eleição municipal de Marechal Cândido Rondon, comunicando-lhes, verbalmente, as medidas acima mencionadas, nas quais vejo a real determinação do Senhor Juiz Eleitoral em coibir o uso e abuso do poder econômico na campanha eleitoral. Trata-se, ademais, de medida altamente democratizadora, no sentido de que ela efetivamente propicia a valorização da disputa eleitoral pelos méritos de cada partido, candidato e pela sua capacidade de mobilização e convencimento do eleitorado. Em vista do exposto, conto com o apoio dos nobres Colegas para a aprovação do presente requerimento.

#### REQUERIMENTO N° 383

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos a todos os Senhores Vereadores do Estado do Paraná, pela passagem do Dia Nacional do Vereador.

Requer, ainda, que da decisão da Casa, seja dada ciência a todos os Senhores Vereadores do Paraná por intermédio dos Senhores Presidentes de cada Câmara Municipal.

Sala das Sessões, em 27.09.88.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

A passagem do Dia Nacional do vereador, 1º de outubro, assinala uma data a ser festejada por todos os que têm algum envolvimento com a classe política.

A atividade política é um exercício penoso, ainda que à primeira vista não pareça. É uma tarefa cercada de incompreensão e não raro até de ingratidão. Tais adversidades acentuam-se ainda mais na atividade política parlamentar, eis que o parlamento é intérprete, porta-voz e intermediário da comunidade, difícil missão porque a resposta para os problemas que angustiam o cidadão estão via de regra na dependência dos executivos, dos admiradores por definição.

E dentre as três classes parlamentares a que mais se expõe aos espinhos da atividade é a dos parlamentares municipais, os Vereadores. E desnecessário seria explicar o porquê. Mas é bom que se recorde que o Vereador enfrenta de princípio duas situações adversas: por estar mais diretamente em contato com o povo serve de caixa de ressonância para os inúmeros e complexos problemas da comunidade; e sendo um parlamentar, um legislador por princípio, não dispõe dos meios executivos para oferecer a solução pronta e eficaz como seria do seu agrado e mais ainda do desejo e esperança do cidadão que a ele se socorre. Ao conviver com o povo, o Vereador convive mais amigavelmente com os problemas da cidade seja na área urbana, nos bairros e vilas, seja nos distritos e povoados. Com isso o seu trabalho é diuturno e o encaminhamento das questões e dos pedidos mais constantes. Não bastasse isso, pela nossa formação sócio-cultural institucionalizou-se a imagem do Vereador como um assistente social, um papel que o mesmo não sendo legítimo e verdadeiro ele tem que cumprir, sob pena da incompreensão e de crítica gerada pela frustração. Por trabalhar nesse cotidiano falta-lhe tempo para melhorar o seu próprio relacionamento; com isso nem sempre o trânsito e a atenção merecidos, lhes são proporcionados para encontrar as soluções que procura para o seu povo, cujos problemas tão bem conhecem e com os mesmos

sofre e se angustia.

Ao se comemorar o DIA NACIONAL DO VEREADOR, almejamos que seja feito deste dia o momento da compreensão e da gratidão, reconhecendo o inestimável trabalho desse político no atendimento do cidadão de quem é a esperança primeira. Que lhe seja dado o devido reconhecimento, inclusive porque é basicamente a Câmara Municipal a primeira escola política.

#### REQUERIMENTO Nº 391

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações aos acadêmicos do Curso de Medicina Veterinária da Universidade Federal do Paraná, pela realização do XIV CICLO DE ATUALIZAÇÃO EM CIÊNCIAS AGRÁRIAS e pela VII SEMANA DE ESTUDOS VETERINÁRIOS, de 19 a 24 do mês em curso.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência ao Centro Acadêmico de Medicina Veterinária (Setor de Ciências Agrárias) - UFPR, localizado no Centro Politécnico.

Sala das Sessões, em 27.09.88.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 393

Senhor Presidente.

O Deputado infra-assinado, no uso de suas atribuições regimentais, e com base no art. 134, § 1º, inciso IV do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o egrégio Plenário, seja inserido na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de congratulações aos Drs. Manif Zacharias, Elias Zacharias e Miguel Zacharias Sobrinho, de Curitiba-PR, pelo livro de sua autoria, denominado "Dicionário de Medicina Legal", o qual está sendo lançado nesta data, no auditório do Instituto Médico Legal.

Sala das Sessões, em 27.09.88.

(a) EDMAR LUIZ COSTA

#### JUSTIFICATIVA:

A obra, de caráter científico e sistemático sobre a Medicina Legal no Paraná, é fruto de um trabalho árduo em conjunto, que se iniciou em 1968.

Tendo um processo de revisão atualizada, dá prioridade à transmissão de ensinamentos de nível didático a uma comunidade grande de profissionais de Direito, se destinando a Juizes, membros do Ministério Público, advogados, professores, alunos e todos quantos necessitem de esclarecimentos sobre temas de importância da medicina legal, bem como seu rico conteúdo, servirá de ponto básico para médicos e estudantes.

Apraz-nos registrar nossas sinceras congratulações aos Drs. Manif Zacharias, Elias Zacharias e Miguel Zacharias Sobrinho, pela grande contribuição à área médi-

oa e judicial, que com tanto esforço e carinho realizaram e agora entregam à nossa comunidade.

Requeiro que cópia deste expediente seja encaminhada aos interessados.

#### REQUERIMENTO N° 398

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado em ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Reverendíssimo Frei Celestino Dotti, pela passagem do seu aniversário de formação sacerdotal, bem como pelo recebimento do título de Cidadão Honorário do Município de União da Vitória.

Requer outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao homenageado, bem como ao Sr. Vereador Affonso Reis Teixeira Filho, Presidente da Câmara Municipal, ainda ao Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, Alcides Fernandes Luiz e a todos os Vereadores de União da Vitória.

Sala das Sessões, em 27.09.88.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

Frei Celestino Dotti recebeu no último dia 25 o título de Cidadão Honorário do Município de União da Vitória, em festiva solenidade também pela passagem do quinquagésimo aniversário de sua formação sacerdotal.

Desejando exprimir o que lhe vai na alma, transbordante da mais pura alegria, os católicos e o povo em geral de União da Vitória, através do Sr. Presidente da Câmara Municipal, Vereador Affonso Reis Teixeira Filho, bem como de todos os Vereadores daquela Casa Legislativa, foram buscar o nome do Frei Celestino Dotti, para lhe conferir a honraria do mais novo e ilustre filho de União da Vitória.

Quiseram os paroquianos do Bairro de Nossa Senhora do Rocio, fossem as homenagens procedidas justamente na Igreja Matriz daquele populoso bairro, e fizeram bem os que assim decidiram porque foram dizer pessoalmente ao Frei Celestino como são grandes as esperanças de que todos estão possuídos nesta hora, para quem tem a fortuna de ser homenageado na passagem do seu jubileu sacerdotal, a mesmo tempo receber a honraria do título de Cidadão Honorário de União da Vitória.

E a só lembrança da ainda curta vida dessa geração importa recapitular os anos de convivência no seio do povo do bairro do Rocio e toda a região, que a auspiciosa chegada de Frei Celestino encheu do mais intenso e vibrante entusiasmo toda a sua população.

E, precisamente no momento em que o Brasil acordava para a reação necessária,

que Frei Celestino chegava a União da Vitória, recebido nos braços de um povo generoso e sincero, de uma população em que se fundem elementos representativos de todas as grandes raças do globo, sobre um solo rico e fecundo, território privilegiado, verdadeira reminiscência física do Eden, em que a natureza pródiga em maravilhas tem a doçura de um sorriso de perene alegria.

Com Frei Celestino, temos certeza, não de continuar as escolas para disseminar a palavra de Deus, e serão os púlpitos confiados aos que sabem ministrar a sagrada lição, dardejar a mais pura luz da doutrina. Não de multiplicar-se os catecismos de perseverança, em quantidade e de tanta eficiência que cada habitante das cidades gêmeas do Iguaçu se tornem um foco de irradiação de fé, pela palavra e pelo exemplo.

No dia em que cada católico, souber explicar e defender as verdades da fé, portê-la consolidado no estudo, através dos ensinamentos da igreja, nesse dia cada um seja qual for o posto que Deus lhe houver dado na vida, há de pregar pelo simples exemplo, aquela fé sublime, há de tornar-se um valoroso obreiro da ação católica.

Naqueles pinheiros da região da União da Vitória cuja verticalidade é um assombro de impulsão natural para as alturas, tem o Frei Celestino o símbolo das nossas aspirações porque desejamos e afirmamos que nunca é demais citar, ver o minuto presente, não na linha horizontal do tempo, entre um passado que não mais existe e um incerto futuro temporal, mas na linha vertical que liga esse minuto ao único instante da imóvel eternidade.

No fervor cristão das famílias unidas, nos ideais da juventude e na esperança das crianças que no Brasil nascem livremente, colaborem com nossos esforços para uma sociedade mais fraterna, mais justa e mais humana.

Quando comemoramos o mês da Bíblia, rogamos ao Criador, dar forças a Frei Celestino para continuar o intérprete forte e operoso na sua especialidade e sinceridade dedicada à Santa Madre Igreja, com propósitos adequados para transformar esta terra de Santa Cruz numa grande hóstia no altar do Universo, oferecida ao Pai pelas mãos da Mãe, a Virgem Aparecida, Padroeira do Brasil.

Unidos em Cristo, a população de União da Vitória, continua depondo nas mãos augusta de Frei Celestino Dotti o ósculo da mais perfeita felicidade.

#### REQUERIMENTO N° 405

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais da Casa, voto de congratulações ao Dr. Sérgio Soares Silbel Reis, pela homenagem recebida da Editora Referência Ltda, como "Homem de Marketing do Paraná", a ser outorgada dia 27 do corrente, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 27.09.88.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEAO

**JUSTIFICATIVA:**

Graduado em Comunicação e Administração em São Paulo, veio ao Paraná onde há mais de dez anos atua no Grupo Bamerindus, do qual hoje é Diretor de Marketing e Comunicações, junto à Presidência do Banco, nesta Capital. Uma de suas iniciativas é a campanha "Bichos do Paraná", valorizando o povo paranaense.

**REQUERIMENTO N° 406**

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja inscrito nos Anais de nossos trabalhos, voto de congratulações ao Dr. Sérgio Soares Silbel Reis, pela sua distinção como "Homem de Marketing do Paraná", conferida pela Editora Referência Ltda, publicadora das Revistas Marketing e Propaganda, e a ser outorgada no dia 27 do corrente, em cerimônia nesta Capital.

Sérgio Reis, graduado em Comunicação e Administração em São Paulo, onde exerceu funções de relevo em empresas de comunicação, veio ao Paraná para dirigir os programas de comunicação de várias firmas, tendo se ligado profissionalmente há mais de dez anos ao Grupo Bamerindus, do qual hoje é Diretor de Marketing e Comunicações junto à Presidência do Banco em Curitiba.

De sua iniciativa são promoções como a valorização da gente paranaense, através da campanha "Bichos do Paraná", veiculada em conjunto com a Rede Paranaense de Televisão e outros projetos que revelam um descortínio mercadológico e uma visão atual de nossa comunicação corporativa.

De justiça, portanto, que esta Casa se associe à merecida homenagem ao destacado e valoroso profissional que é Sérgio Reis.

Sala das Sessões, em 27.09.88.

(a) ANIBAL KHURY

**REQUERIMENTO N° 411**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a formulação e inserção em Ata dos trabalhos de hoje, deste Poder, de votos de congratulações à nova Diretoria eleita da Associação dos Proprietários de Empresas de Jornais e Revistas do Paraná.

A Diretoria foi eleita por aclamação dos empresários associados, no dia 25 pró-

ximo passado, e tem como presidente o jornalista Abdo Aref Kudri, que pela quarta vez consecutiva é conduzido à Presidência daquela entidade.

Prova do reconhecimento dos congregados ao trabalho sério, dedicado e eficiente de Abdo Aref Kudri, a reeleição da Diretoria demonstra a aprovação e apoio aos propósitos dos eleitos em continuarem lutando pelo fortalecimento da liberdade de imprensa e pela plena imparcialidade da imprensa paranaense.

A chapa eleita ficou assim composta: Abdo Aref Kudri, Presidente; Francisco C. Pereira Filho, 1° Vice; Paulo Pimentel, 2° Vice; Antônio Maccarini, 3° Vice; Ubaldo Siqueira, 1° Secretário; Emir Sfair, 2° Secretário; Alberto Paranhos, 1° Tesoureiro; Cândido Chagas, 2° Tesoureiro; Roberto Barroso, Presidente do Conselho Fiscal; Dilmar Archebas, Odone Fortes e Cícero Costasi, membros efetivos; Neirobles Schindler, Natal Strapasson e Marcus Vinicius de Oliveira.

Que represente este nosso requerimento, os cumprimentos e o votos de sucesso do Poder Legislativo, aos Diretores eleitos, cujos caracteres retos, probos e sérios, são avais de conquistas para a Associação dos Proprietários de Empresas de Jornais e Revistas do Paraná.

Da decisão desta Casa, dê-se ciência aos homenageados.

Sala das Sessões, em 27.09.88.

(a) ALGACI TÚLIO

**REQUERIMENTO N° 412**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado votos de congratulações ao Conselho permanente da Mulher Executiva, da Associação Comercial e Industrial de Maringá, na pessoa de sua Presidente, Sra. Maria de Lourdes Meneghetti Seravalli, pelo sucesso da FEIMAR - Feira da Indústria Maringaense, ocorrida entre os dias 17 e 25 de setembro próximo passado.

Sala das Sessões, em 27.09.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

**REQUERIMENTO N° 413**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente aos Diretores da Televisão Cultura de Maringá Ltda, abaixo relacionados, pela passagem de seu 13° aniversário, no último dia 25 de setembro.

1. Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, Presidente;

2. Dr. Nilson Tadeu Reis de Campos Silva, Diretor Geral.



Sala das Sessões, em 27.09.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

## JUSTIFICATIVA:

A Televisão Cultura de Maringá Ltda, Canal 8, é uma das maiores do Estado do Paraná, líder em audiência na sua área de cobertura, que compreende 142 municípios; emprega 320 funcionários, retransmite a programação da Rede Globo e em sua programação local o que há de melhor em informação, através de uma competente equipe de jornalismo.

## REQUERIMENTO N° 389

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de proposição, que seja dado um voto de louvor ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento do Paraná, Dr. Osmar Dias.

Sala das Sessões, em 27.09.88.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

## JUSTIFICATIVA:

O Deputado que subscreve essa moção de louvor ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento do Estado do Paraná, o faz por uma questão de justiça e de consciência plena, do grande trabalho paranista, que vem sendo desenvolvido na pecuária, agricultura, silvicultura e em outras áreas da atividade primária.

Graças à seriedade, competência e ampla visão dos problemas que antes afligiam o nosso Estado, estamos caminhando hoje de maneira tranqüila e segura, pois somos sabedores dos problemas existentes, quando bem tratados no presente, terão a sua resolução menos trabalhosa no futuro.

A política de outros tempos, quando no campo se tinha a intranqüilidade, promovida por essas pessoas extremadas, com anseios escusos, empenhadas no tumulto e na discordia, hoje é substituída, por aumento de produção e produtividade.

A certeza da pessoa certa no lugar adequado, nos faz ter a perspectiva de um Paraná cada vez mais confiante no futuro, e em especial na agropecuária.

Os sucessivos resultados positivos que vem se obtendo no campo é a consequência dessa política, onde a palavra - seriedade e competência, passa a fazer parte do vocabulário dos homens do Governo Álvaro Dias.

Por essas razões e outras ainda mais positivas estampadas na paz do campo, é que solicitamos à essa Digna Mesa, uma moção de louvor ao sério e competente trabalho desenvolvidos por esse Secretário de Estado, Dr. Osmar Dias.

## REQUERIMENTO N° 390

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após o Douto Plenário, o envio de proposição que seja dado um voto de louvor aos Diretores e Funcionários do IAPAR - Instituto Agrônomico do Paraná.

Sala das Sessões, em 27.09.88.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

## JUSTIFICATIVA:

O Deputado, que esta subscreve, o faz com o intuito de que seja laurado um voto de louvor, aos Diretores e Funcionários do IAPAR - Instituto Agrônomico do Paraná, pelos relevantes trabalhos que vem desenvolvendo em prol da agropecuária paranaense.

As pesquisas levadas a efeito, por esses dedicados profissionais merecem todo o apoio e o reconhecimento por parte da classe política, pois muito se tem feito para minimizar a fome, a miséria e as perdas no campo. Graças às pesquisas que hoje tem reconhecimento internacional, é que podemos ter variedades de trigo e soja com ótima produtividade e desempenho.

A bubalinocultura passa a ter um destaque para que, aproximadamente 20 mil hectares de várzeas, possam ser utilizados anualmente por um rebanho de búfalos, na ordem de 60 mil cabeças.

E para que os produtores de milho do Estado, possam ter às suas mãos informações corretas sobre variedades, combate a doenças, adubações e outras técnicas voltadas a cultura do milho.

São vários os pontos positivos, que o IAPAR, desde a sua fundação, desenvolveu em prol de uma agropecuária mais tecnificada, mas não distante do homem.

A seriedade dos trabalhos desse órgão de pesquisa, hoje merece a atenção do CIMMIT - Centro Internacional de Melhoramento de Milho e Trigo, o qual repassa ao IAPAR, recursos, na ordem de US\$ 75.000, e recebe a visita do pesquisador Sanjaya Rajaram, chefe do CIMMIT.

Nossa intenção ao propor tal, é que desde o mais humilde servidor ao mais destacado profissional do IAPAR, receba da classe política paranaense o reconhecimento pelo muito que tem feito em prol de um Paraná, carro chefe da produção nacional.

## REQUERIMENTO N° 404

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e fulcrado no disposto pelos Artigos 16, parágrafo único, incisos I; e 19, parágrafo único da Constituição do Estado do Paraná e Artigos 32, 34 e 37 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa, REQUER a instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI, composta por três (03) membros, com

o objetivo de investigar fatos ocorridos no "Polo de Integração da Criança"- PIC, instituído pela Secretaria de Estado da Educação, em funcionamento desde 1986, sem que tenha atingido suas finalidades pedagógicas, trazendo graves irregularidades quanto aos meios utilizados no projeto, além de verificar a participação da SEED na reapropriação do edifício onde se instala a Escola D. Manoel da Silveira D'Elbour.

Sala das Sessões, em 27.09.88.

(a) PAULO FURIATTI

Apoiamento:

Lindolfo Junior, Sabino Campos,  
Nelson Vasconcellos, Ezequias Losso,  
João Arruda, Hermas Brandão,  
Eduardo Baggio, Antônio Costenaro Neto,  
Orlando Pessuti, Basílio Zanusso,  
Antônio Bárbara, Nereu Carlos Massignan,  
Haroldo Rodrigues Ferreira,  
Edmar Luiz Costa, Luiz Carlos Alborghetti,  
Algaci Túlio, Antônio Annibelli,  
Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira,  
Caio Quintana, Tadeu Lúcio Machado  
e Erondy Silvério.

JUSTIFICATIVA:

O Polo de Integração da Criança - PIC, localizado na Rua Accioly Filho na Cidade Industrial, Curitiba-PR, e inaugurado no final de 1986, com o objetivo de ensino profissionalizante, saúde, lazer para crianças carentes na faixa etária de 07 a 18 anos, teve iniciadas as suas atividades em outubro/86, com cerca de 600 crianças.

Embora sem planejamento adequado, começando pela retirada de equipamentos logo após sua inauguração, e passando pela escolha aleatória de professores para exercer as atividades com a coordenação assumida pela Professora Maria Galvão, foi retomado o processo com o retorno de equipamentos e alimentação.

Permaneceu a Professora Maria Galvão por cinco meses, assumindo posteriormente a Professora Vera Lúcia Possatti, permanecendo até maio de 1988, sendo sucedida pela psicóloga Luziana Junqueira.

Observa-se que iniciado com 600 alunos, houveram tamanhos desmandos e incompetência administrativa que o Polo foi definhando, chegando atualmente a 20 alunos.

A causa da desestruturação passou pela falta de pessoal qualificado, falta de gerenciamento e inclusive até com "alimentação deteriorada" servida às crianças.

Tornou-se então o custo por aluno bastante alto, além da determinação política da Secretaria de Estado da Educação em desativar o PIC.

Além dos cargos em comissão criados por decreto, terem sido usados com outros fins, é necessário investigar as verdadeiras responsabilidades pelo descaso e pelo

caos instalado no PIC.

Cumprе ressaltar que embora a Secretaria da Educação tenha decidido extinguir o PIC, vários entendimentos com outros setores do Governo já haviam resolvido o problema com a construção de uma nova escola e gerenciando convênio até o ano vindouro.

Para tanto, bastaria a Secretaria de Estado da Educação manter o Polo, até o final do presente ano, o que não ocorrerá em relação ao funcionamento da Escola D. Manoel da Silveira D'Elbour, os atos do Sr. Secretário não estão bem explicados.

Após a Campanha Nacional das Escolas da Comunidade - CNEC, ter pretendido vender o prédio onde se instala a citada escola, o Governo do Estado desapropriou as instalações para propiciar permanência daquela escola pública no bairro do Hugo Langue, o Sr. Secretário agiu de forma que o decreto fosse revogado, necessitando esta Assembléia levantar todas as informações para que a comunidade possa ter conhecimento dos motivos que levaram o Sr. Secretário a tomar tal atitude.

REQUERIMENTO N° 396

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado Ofício à Presidência da TELEPAR na pessoa do Dr. Fernando Xavier Ferreira, solicitando a instalação de Central Telefônica para o Distrito de Novo Sarandi, Município de Toledo.

Sala das Sessões, em 27.09.88.

(a) WERNER WANDERER.

JUSTIFICATIVA:

Novo Sarandi é atendido pela Central de Marechal Cândido Rondon, como extensão daquele Município por isso continua sofrendo uma série de problemas decorrentes da grande deficiência apresentada pelo Sistema. Além disso, o Distrito apresenta uma população considerável e sua economia, por si só, já justifica há muito tempo, a instalação de uma Central Telefônica exclusiva, que venha resolver os graves problemas hoje verificados, como por exemplo, dificuldades para ligações interurbanas.

A comunidade de Novo Sarandi através de seu representante Vereador Pedro José Tártaro esperam da TELEPAR pronto atendimento a esta justa reivindicação.

REQUERIMENTO N° 388

Senhor Presidente.

O Deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expe-



diente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Fazenda, Doutor Luiz Carlos Jorge Hauly, solicitando que se procedam estudos no que se refere a implantação no Paraná, de uma política diferenciada no recolhimento do ICM para os pequenos e médios empresários.

Sala das Sessões, em 27.09.88.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

#### JUSTIFICATIVA:

As vendas a prazo, continuam ainda o único elemento capaz de mitigar a miséria que hoje instalou-se no País.

A aquisição de bens de consumo durável hoje somente pode ser feita a prazo apesar dos juros escorchantes que se praticam.

Praticam espelhados na atual política governamental, inflacionária. Entende o governo em uma venda a prazo tem que ser recolhido em sua totalidade o ICM. Ora o diferencial entre o preço a vista e o preço a prazo não faz parte do preço do produto a ser vendido, do preço original, sobre o qual a mercadoria é vendida.

Não é justo que se cobre ICM sobre tal. Esse diferencial representa as parcelas dos juros e correção monetária, além de outros encargos financeiros estão embutidos no preço final da mercadoria.

Grandes lojas de departamento, grandes magazines, grandes conglomerados comerciais suportam tal medida, por que possuem eles suas financeiras que lhes permitem arcar e concordar com a política de cobrança do ICM, para vendas a prazo como se fossem a vista. Os pequenos empresários que atendem as classes menos favorecidas monetariamente, não possuem hoje o suporte de recolher o ICM sobre o diferencial entre a venda à vista e prazo.

Em permanecendo tal situação os já combatidos e sofridos microempresários estariam a um passo de sua extinção como um todo.

Urge se fazer uma adequação tributária para dar um basta a tal situação em prol dessa classe que ainda com muito sacrifício produz.

#### REQUERIMENTO N° 394

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive no uso de suas atribuições e na forma regimental, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Superintendente da SUREMA, e Superintendência de Recursos Hídricos e Meio Ambiente, solicitando a perfuração de um poço artesiano para a Linha Volta Gaúcha no Distrito de Entre Rios - Município de Marechal Cândido Rondon.

Sala das Sessões, em 27.09.88.

(a) WERNER WANDERER.

#### JUSTIFICATIVA:

O Vereador João Natalio Stein, imbuído do mais alto espírito de luta e dedicação,

vem prestando relevantes serviços no Distrito de Entre Rios, contudo, no que se refere ao abastecimento de água para a comunidade de Volta Gaúcha, é grande a dificuldade.

Solicitamos os préstimos dessa operosa Superintendência para a perfuração desse poço a fim de suprir tão importante causa.

#### REQUERIMENTO N° 395

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Comandante do Corpo de Bombeiros na pessoa de Cel. Miguel Archanjo Capriotti, solicitando a instalação de uma Unidade do Corpo de Bombeiros no Distrito de Novo Sarandi- Município de Toledo.

Sala das Sessões, em 27.09.88.

(a) WERNER WANDERER.

#### JUSTIFICATIVA:

O distrito toledano de Novo Sarandi está localizado num ponto estratégico para a instalação de uma Unidade do Corpo de Bombeiros. Essa privilegiada posição fica há poucos quilômetros de diversas localidades importantes do Município, como Vila Nova, São Miguel, Dois Irmãos e Vila Ipiranga, bem como do Distrito de Quatro Pontes, em Marechal Cândido Rondon, e da Cidade de Nova Santa Rosa.

Se considerarmos todos os aspectos dessa localização, fica clara a necessidade de o Corpo de Bombeiros ali instalar uma Unidade, cobrindo uma região onde habitam aproximadamente 30 mil pessoas.

#### REQUERIMENTO N° 410

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscrive, no uso de suas atribuições, REQUER ouvido o Plenário seja instalado um Posto de Serviço Telefônico para localidade de Fazenda Veroneze no Distrito de Boa Esperança do Iguaçu no Município de Dois Vizinhos.

Requer-se também que da decisão da Casa seja dada ciência do conteúdo deste requerimento ao Prefeito Municipal de Dois Vizinhos, Senhor Dedi Montagner, ao Sub-Prefeito de Boa Esperança do Iguaçu, Senhor Ervino Alberton, ao presidente da Câmara Municipal, Senhor Luiz Vieira e ao Presidente do Diretório Regional do PMDB, Senhor Jaime Jacir Guzzo.

Sala das Sessões, em 27.09.88.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN.

#### JUSTIFICATIVA:

O Distrito de Boa Esperança do Iguaçu no Município de Dois Vizinhos, tem na sua população obreira as dificuldades naturais das comunidades interioranas que se recentem dos mais elementares atendimentos e se vê obrigada a recorrer ao Município sede

para as suas emergências.

Um Posto de Serviço Telefônico daria a Boa Esperança do Iguaçu, tranquilidade aos seus moradores que se sentiriam recompensados pela longa espera na instalação de telefone na região facilitando a vida dos cidadãos que necessitam desse serviço. É extremamente relevante a contribuição que a TELEPAR tem prestado à comunidade paranaense estendendo cada vez mais a sua rede de serviços telefônicos aos mais distantes municípios propagando a integração da população por meio dessa via de comunicação, cumprindo assim com eficiência suas atribuições.

Visto porque a população do Distrito de Boa Esperança do Iguaçu, no Município de Dois Vizinhos, confiante, aguarda a necessária aprovação deste requerimento na instalação de um Posto de Serviço Telefônico na sua região.

#### REQUERIMENTO N° 400

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Superintendente do IPE, Doutor Jaime Ricardo Paciornick, solicitando estudos para viabilizar o Reajuste da Pensão Automática, para as senhoras viúvas da Polícia Militar do Paraná.

Sala das Sessões, em 27.09.88.

(a) LUIZ ANTONIO SETTI.

#### JUSTIFICATIVA:

O presente expediente é apresentado, baseando-se nas inúmeras reivindicações que as senhoras viúvas da Polícia Militar do Paraná, vêm gestionando junto ao IPE (órgão responsável pelo pagamento), referente ao reajuste de suas pensões.

Outrossim informamos, que em cada reajuste das pensões, tem que ser feito um requerimento pelas mesmas, passar para a Diretoria Pessoal da Polícia Militar e em seguida pelo Arquivo Geral, que fornece uma Certidão, para depois as senhoras irem até o IPE, solicitar o reajuste.

Portanto, solicitamos a compreensão de Vossa Excelência, na autorização do Reajuste da Pensão Automática, aspiração esta, que pode tornar-se realidade para as senhoras viúvas da Polícia Militar do Paraná.

#### REQUERIMENTO N° 408

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expediente oficial ao Excelentíssimo Senhor Hugo Napoleão, Digníssimo Ministro da Educação e, ao Excelentíssimo Senhor Belmiro Valverde Jobim Castor, Dig-

níssimo Secretário de Estado da Educação, visando a realização de estudos para a criação e instalação de uma Escola Agrícola de 1° Grau, na Escola Unidade Polo, no Município de Jandaia do Sul.

Sala das Sessões, em 27.09.88.

(a) ANTONIO COSTENARO NETO.

#### JUSTIFICATIVA:

Trata-se de uma proposta oriunda da Câmara Municipal daquele Município, bem como de jovens e pessoas ligadas aos meios de produção rural na região, as quais constantemente estão manifestando esse interesse.

Jandaia do Sul, tem praticamente como o seu maior sustentáculo sócio-econômico, a atividade agrícola. Com uma população de 25 mil habitantes, é um Município que está em pleno desenvolvimento, situando-se numa área geográfica que congrega os Municípios de Mandaguari, Cambira, Marumbi, Kaloré, Bom Sucesso e São Pedro do Ivaí, num raio que não ultrapassa a 35 Km, totalizando uma população aproximada de 100 mil habitantes. O transporte coletivo percorre em todos esses municípios, passando por Jandaia do Sul, o que favorece e facilita o deslocamento dos jovens daquela região.

Sabendo-se que o Município de Jandaia do Sul, reúne condições suficientes para merecer a instalação e implantação da Escola Agrícola de 1° Grau, pois assim, poderá transferir condições técnicas aperfeiçoadas aos seus jovens, evitando-se o êxodo dos mesmos para os grandes centros urbanos, como pretextos de estudo, e também pelo fato de que a Escola Unidade Polo apresenta infra-estrutura adequada para sediar tal proposta, rogamos a atenção desejada, tendo-se em vista o inquestionável interesse da região do Vale do Ivaí, a qual poderá beneficiar-se dos préstimos dessa Escola.

Pelas razões colocadas, aguarda-se das autoridades competentes, o desenvolvimento de estudos objetivando tornar realidade a criação e instalação do referido ensino.

Projeto de Lei:

#### PROJETO DE LEI N° 275/88

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO NACIONAL ANTI-DROGAS - ANAD, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.09.88.

(a) DOMINGOS SCARPELLINI

#### JUSTIFICATIVA:

A problemática dos tóxicos tem produ-

sido graves perturbações na sociedade brasileira, sendo a toxicomania um dos problemas sociais mais angustiantes.

Do primeiro cigarro de maconha, até as anfetaminas e aos tóxicos propriamente ditos, os mais violentos, o viciado percorre um caminho, na maioria das vezes irreparável, terminando seus dias num sanatório, numa penitenciária, ou então são levados pelo vício ao suicídio.

A Associação Nacional Anti-Drogas - ANAD, fundada em 10 de agosto de 1978, com sede e foro na Cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, e, sendo uma associação civil, sem fins lucrativos, tem como seu único objetivo, aliado à colaboração recíproca dos seus associados, a defesa, educação, orientação e a recuperação do drogado, trazendo-o ao convívio social, totalmente recuperado, tanto pelo aspecto físico como psicológico.

E assim sendo, levando em alta consideração a real importância de tal entidade, conto com o apoio irrestrito dos nobres Pares, no sentido de que a matéria de iniciativa deste Deputado, venha a ser aprovada.

PROJETO DE LEI N° 276/88  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica reconhecida como de Utilidade Pública a COMUNIDADE DE ASSISTÊNCIA AOS DEPENDENTES DE DROGAS "CASA COPIOSA REDENÇÃO" - C.C.R., com sede e foro em Curitiba.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.09.88.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A denominação da entidade por si só revela integralmente seus nobres objetivos comunitários: a reabilitação dos viciados em narcoentorpecentes.

Um grupo de pessoas oferece magnífico exemplo de fraternidade ativa em favor dos dependentes de drogas.

Nas instalações que mantêm nos arredores da Capital, oferecem-lhe todas as possibilidades de retorno à vida normal, útil e plenamente digna, retirando essas criaturas do submundo em que vegetam.

Desde o acolhimento sob um teto decente, cuidados médicos inclusive na área psíquica, trabalho compatível, lazer, pedagógico e orientação espiritual segundo a crença dos assistidos, até a reintegração no seio da comunidade, os dependentes recebem gratuitamente, com todo o calor humano e cristão.

Portanto, é uma organização de indiscutível utilidade pública.

Seus diretores não percebem qualquer remuneração ou vantagem pecuniária ou material; ao contrário, além do dom de si mesmos ainda contribuem com recursos de seus bens individuais, na medida de suas posses.

De sorte que o reconhecimento pretendido não constitui um favor oficial, se não que se trata de imperativo de justiça.

PROJETO DE LEI N° 277/88  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO GUABIROTUBA, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.09.88.

(a) ANTONIO BÂRBARA

JUSTIFICATIVA:

Criada em 1973, a Associação Comunitária do Guabirotuba tem por objetivo representar os moradores do Bairro do Guabirotuba, na solução de seus problemas, promovendo um trabalho social, cultural e material junto à comunidade, principalmente os mais carentes, dando-lhes assistência ou encaminhando-os às autoridades competentes, principalmente no setor de saúde e educação, problemas estes que mais afligem a população carente.

PROJETO DE LEI N° 278/88  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica denominado "Rodovia José Miguel Lino", o trecho compreendido entre os Municípios de Rosário do Ivaí e Grandes Rios.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.09.88.

(a) DOMINGOS SCARPELLINI

JUSTIFICATIVA:

Com a presente medida, pretende-se fazer justa homenagem ao Sr. José Miguel Lino, recentemente falecido. De naturalidade mineira, projetou-se vivamente no cenário paranaense, pois aqui viveu por 50 anos.

Pessoa dotada de singular bondade para com o próximo, o Sr. José Miguel Lino procurou por todos os meios próprios possíveis, ajudar a sua comunidade. Prova disto foi seu exercício como farmacêutico prático, onde na verdade, devido à dificuldade de assistência médica na época, exercia como se médico fosse, sem cobrar, na maioria das vezes, por seu atendimento, dando especial atenção àqueles menos afor-

tinados.

Foi o grande idealizador da construção do Hospital Municipal de Rosário do Ivaí.

Procurou-se, através desta proposta, fazer jus ao denominar o trecho descrito com o seu nome, já que sempre foi seu sonho ver construída uma rodovia que ligasse os Municípios de Rosário do Ivaí e Grandes Rios, e que hoje se tornou realidade, além do mais que o Sr. José Miguel Lino fez pela população e pelo Município de Rosário do Ivaí.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)  
Fim da leitura do expediente.

Não havendo oradores inscritos no Pequeno e nem no Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

No Horário das Lideranças, consulto a Liderança do PDC, se fará uso do seu horário: (Declina).

Havendo declinado, consulto a Liderança do PDS. (Declina).

Havendo declinado, consulto a Liderança do PL. (Declina).

Havendo declinado, consulto a Liderança do PFL. (Declina).

Havendo declinado, consulto a Liderança do PDT. (Declina).

Havendo declinado, consulto a Liderança do PTB. (Declina).

Havendo declinado, consulto a Liderança do PMDB. (Declina).

Havendo declinado, passamos à

#### ORDEM DO DIA

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente, indicando o Senhor Deputado Paulo Furiatti, para exercer uma das vice-lideranças do PMDB, em substituição ao Deputado licenciado Lauro Lobo Alcantara. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Antônio Bárbara, constante do expediente de sessão anterior. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Domingos Scarpellini, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Domingos Scarpellini, constante do expediente de sessão anterior. Necessi-

ta de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando preferência de votação ao Projeto de Lei n. 262/88. Aprovado.

De conformidade com o requerimento de Preferência de Votação acima aprovado:

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 262/88, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 103/88), que autoriza o Poder Executivo a contratar operações de crédito externo até o valor de US\$ 240.000.000,00 (Duzentos e quarenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América do Norte), para implementação do Programa de Desenvolvimento Rural do Paraná - Paraná Rural. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Public. no DA. n. 93 de 13.09.88).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N. 262/88

PARECER:

Oriundo da Mensagem Governamental n. 103/88, o presente plano de Lei visa autorizar o Poder Executivo a contratar operações de crédito externo até o valor de US\$ 240.000.000,00 (Duzentos e quarenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América do Norte), para implementação do Programa de Desenvolvimento Rural do Paraná - Paraná Rural.

De acordo com o artigo 47, inciso I, da Constituição Estadual a competência para iniciação do processo legislativo das Leis que disponham sobre tal matéria, compete privativamente ao Chefe do Poder Executivo.

Diante do exposto, entendemos que a medida ajusta às normas vigentes, merecendo nosso Parecer Favorável, opinando-se por sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.09.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO  
Presidente  
BASTILIO ZANUSSO  
Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI N. 262/88

PARECER:

O presente plano de Lei, oriundo da Mensagem Governamental n. 103/88, visa autorizar o Poder Executivo a contratar operações de crédito externo até o valor de US\$ 240.000.000,00 (Duzentos e quarenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), para implementação do Programa

de Desenvolvimento Rural do Paraná - Paraná Rural.

A medida proposta recebeu parecer favorável da Douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar sobre o seu aspecto financeiro esta Comissão manifesta-se favoravelmente ao projeto já que o mesmo atende aos interesses da Administração e da coletividade.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21.09.88.

(aa) CÂNDIDO BASTOS

Presidente

JOSÉ AFONSO JÚNIOR

Relator

Passaremos à apreciação do restante da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme anexo distribuído aos Senhores Deputados:

**REDAÇÃO FINAL** - Do Projeto de Lei n. 102/87, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 51/87), que objetiva introduzir modificações conforme especifica, na Lei n. 6.364, de 29 de dezembro de 1972. (Lei Orgânica do ICM). Aprovado. (Publ. no DA. n.º 65/87, de 11.06.87).

Aprovado. (Public. no DA. n.º 65/87, de 11.06.87)

4.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 07/88, de autoria do Deputado Paulo Furiatti, que dispõe Legislação Específica sobre o controle de poluição de pequenas bacias mananciais destinadas ao abastecimento de água potável às populações urbanas. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.O.P.T.C., C.A. e C.E.M.A., por unanimidade. Com EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL de 3.ª DISCUSSÃO. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

2.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 175/88, de autoria do Deputado Tadeu Lúcio Machado, que denomina Rodovia Eurides Brandão, a PR- 092, trecho que liga a PR- 517, a Porto Leopoldina, passando pelo Distrito de Nossa Senhora Aparecida, Município de Andaraí. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., e C.O.P.T.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 59/88, de autoria do Deputado Antônio Annibelli, que denomina de Centro Professora Maria Nicolas, a Sala da Memória Legislativa. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 60/88, (Mensagem n.º 68/88- ex-Proposição n.º 50/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por

unanimidade, que aprova Convênio SINE/MTb 22.41/85, celebrado em 18.09.85, entre o Estado do Paraná e a Secretaria de Emprego e Salário, do Ministro do Trabalho, objetivando a implantação do Sistema Nacional de Emprego- SINE, no Estado do Paraná. Aprovado, artigo por artigo.

2.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 61/88 (Mensagem n.º 69/88, ex-Proposição n.º 69/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova Termo de re-Ratificação de 05.11.86, do Convênio SINE/MTb 22.14/86, celebrado em 03.02.86, entre o Estado do Paraná e a Secretaria de Emprego e Salário, do Ministério do Trabalho, bem como do Termo Aditivo n.º 01/86, datado de 30.12.86, ao mesmo Convênio, que objetiva a cooperação técnica, administrativa e financeira para assegurar o fortalecimento do SINE no Estado. Aprovado, artigo por artigo.

2.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 62/88 (Mensagem n.º 58/88, ex-Proposição n.º 61/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova Convênio celebrado em 14.12.87, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Trabalho e da Ação Social, e os Municípios que especifica, objetivando a implantação do Projeto de Processamento de Hidrossolúveis- Leite de Soja e Sopas Cremosas. Aprovado, artigo por artigo.

2.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 63/88 (Mensagem n.º 48/88, ex-Proposição n.º 56/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova Convênio n.º 0150/87, celebrado em 03.12.87, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, e a Secretaria Especial do Meio Ambiente- SEMA, objetivando a elaboração de uma proposta de estratégia de planejamento e gestão de áreas de Proteção Ambiental- APAs. Aprovado, artigo por artigo.

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 190/86, de autoria do Deputado Mário Pereira, que cria no âmbito da Governadoria, o Conselho Deliberativo de Edificações e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., e C.O.P.T.C., na forma de Emenda Substitutiva Geral da C.C.J., por unanimidade. (Publ. no DA., n.º 87/86, de 25.08.86).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N.º 190/86

PARECER:

O presente plano de lei, de autoria do Deputado Mário Pereira, objetiva criar, junto à Governadoria, o Conselho Deliberativo de Edificações, com a finalidade de formular a política de construção de prédios destinados a órgãos da Administração direta e indireta do Estado e supervisionar sua execução.

Anteriormente analisado por esta Comissão de Constituição e Justiça, houve a mesma por bem, em 04.08.87, convertê-lo em diligência junto a Secretaria de Estado da Administração, para que órgãos técnicos daquela Pasta opinassem sobre sua oportunidade, tendo em vista a reforma administrativa, que recém se implantara no Estado.

Em resposta à diligência a SEAD manifestou-se favoravelmente ao projeto, anexando substitutivo adequando-o à nova estrutura administrativa do Estado, advinda da Lei nº 8485/87, de 08.06.87, (Lei da Reforma Administrativa).

Em vista do exposto, e não encontrando impedimentos de natureza legal ou constitucional, nosso parecer é favorável, opinando pela aprovação do Projeto de Lei nº 190/86, na forma do Substitutivo Geral em anexo.

Sala das Comissões, em 09.08.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 190/86

PARECER:

Art. 1º- Fica criado, no âmbito da Governadoria, o Conselho Deliberativo de Edificações com a finalidade de formular a política de construção de prédios destinados a órgãos da administração direta e indireta do Estado, e supervisionar sua execução.

Art. 2º- O Conselho Deliberativo de Edificações será presidido pelo Governador do Estado e integrado pelos membros componentes do Conselho de Administração do Departamento Estadual de Construção de Obras e Manutenção- DECOM.

§ 1º- Poderá ser convocado a participar de reunião do Conselho o titular de secretaria ou entidade paraestatal interessado em processo constante da respectiva pauta.

§ 2º- Os titulares serão substituídos, no impedimento ou ausência, pelos representantes que previamente credenciarem.

§ 3º- O desempenho das funções de membro do Conselho não será remunerado.

Art. 3º- As deliberações serão tomadas por maioria absoluta do Conselho.

Art. 4º- O Conselho reunir-se-á ordi-

nariamente no primeiro dia útil da segunda quinzena de cada mês, se houver matéria a deliberar, e extraordinariamente sempre que convocado.

Art. 5º- Compete ao Conselho:

I - fixar diretrizes básicas para uma política de construção de prédios públicos;

II- estabelecer uma escala de área, estilo, acabamento e outros detalhes técnicos afins, adequadas às finalidades das edificações;

III- examinar as propostas e estudos prévios de edificação e fixar-lhes o custo máximo permitido.

Parágrafo Único - As entidades e órgãos interessados em edificar, nos termos do disposto nesta Lei, encaminharão ao Conselho exposições de motivos especificando as indicações estruturais, arquitetônicas e de finalidade, necessários à avaliação da conveniência da obra.

Art. 6º- O Conselho encaminhará previamente ao Departamento Estadual de Construção de Obras e Manutenção- DECOM as exposições de motivos de que trata o parágrafo único do art. 5º, para proceder os competentes estudos técnicos e estimar o custo final aproximado da obra.

Art. 7º- Excluem-se do disposto nesta Lei as edificações que obedecem a critérios padronizados e as construídas em série.

Art. 8º- Nenhuma dotação orçamentária será destinada à edificação de prédio ou elaboração de projeto, sem o parecer favorável do Conselho.

Art. 9º- Do edital de concurso para a escolha de projeto arquitetônico, deverá constar o valor total estabelecido pelo Conselho, permitida a correção pela variação dos índices das Obrigações do Tesouro Nacional, sob pena de nulidade.

Art. 10º- A Secretaria de Estado da Fazenda, somente liberará recursos financeiros para o custeio de construção de prédio que tenha sido autorizada pelo Conselho e licitada na forma do Art. 9º desta Lei.

Art. 11 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
PROJETO DE LEI Nº 190/86

PARECER:

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Mário Pereira, cria no âmbito da Governadoria, o Conselho Deliberativo de Edificações, com o fim de formular e supervisionar a política de construção predial de órgãos da Administração Direta e Indireta do Estado.



Levada a matéria para discussão e aprovação à Douta Comissão de Constituição e Justiça, esta houve por bem seguir o pronunciamento Favorável da Secretaria de Estado da Administração.

Embasada na posição tomada pela Douta Comissão de Constituição e Justiça, conjuntamente com o pronunciamento da Secretaria de Estado da Administração, assim como, com o art. 53, do Regimento Interno, conclui esta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, através de seu Relator, que a presente proposição nada tem que impeça o seu trâmite por esta Casa.

Por isto, é o nosso parecer Favorável à aprovação do Projeto de Lei nº 190/86.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.08.88.

(aa) ACYR MEZZADRI

Presidente

JOSÉ FELINTO

Relator.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 20 (vinte) sessões, do Projeto de Lei nº 190/86. Aprovado. Fica portanto, retirado da Ordem do Dia por 20 (vinte) sessões o Projeto de Lei nº 190/86.

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 232/87, de autoria do Deputado Tadeu Lúcio Machado, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ribeirão do Pinhal, com sede e foro em Ribeirão do Pinhal. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA. nº 98, de 15.09.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 232/87

PARECER:

De autoria do ilustre Deputado Tadeu Lúcio Machado, objetiva o presente Plano de Lei declarar de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE RIBEIRÃO DO PINHAL, com sede e foro em Ribeirão do Pinhal.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela aprovação do presente Plano de Lei, nos termos em que se apresenta.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 09.08.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

HERMAS BRANDÃO  
Relator.

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 08/88, de autoria do Deputado Pirajá Ferreira, que denomina a estrada que liga o Município de Quatro Barras à Piraquara até a BR- 277, de Prefeito Antonio Alceu Zielonka. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. (Publ. no DA. nº 03, de 02.03.88.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 008/88

PARECER:

O presente Plano de Lei, de autoria do nobre Deputado Pirajá Ferreira, tem por finalidade denominar a estrada que liga o Município de Quatro Barras à Piraquara, até a BR- 277, de Prefeito Antonio Alceu Zielonka.

O projeto de lei está devidamente justificado com os termos do Regimento Interno e de acordo com as normas vigentes. Assim sendo, nada há que possa obstar a sua normal tramitação por esta Augusta Casa de Leis.

Nestas condições, o nosso Parecer é Favorável, opinando-se pela sua aprovação. É o parecer.

Sala das Comissões, em 21.06.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

CAÍTO QUINTANA

Relator.

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
PROJETO DE LEI Nº 008/88

PARECER:

O Projeto de Lei em tela, de autoria do Ilustre Deputado Pirajá Ferreira, visa denominar a Estrada que liga o Município de Quatro Barras à Piraquara, até a BR-277, de Prefeito Antonio Alceu Zielonka.

De acordo com a justificativa apresentada trata-se de justa homenagem àquele que tanto contribuiu para o progresso e crescimento do Município. No plano legal e regimental a presente proposta não encontra qualquer impedimento que possa vir a prejudicá-la no seu trâmite por esta colenda Casa.

Seguindo o entendimento da Comissão de Justiça nos termos acima expostos, esta Douta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações conforme disposição regimental, vem a seguir o pronunciamento Favorável ao Projeto de Lei nº 008/88.

Assim sendo, o nosso Parecer é Favorá-

vel, opinando-se pela sua Aprovação.  
Sala das Comissões, em 24.08.88.  
(aa) ACYR MEZZADRI  
Presidente  
PAULO FURIATTI  
Relator.

C.C.J. e C.O.P.T., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA. n° 24, de 14.04.88). 14.04.88.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N. 087/88

P A R E C E R:

O projeto de lei em anexo, de autoria do nobre Deputado Ferrari Júnior, doa ao Município de Nova Esperança um prédio em alvenaria, constituído pelos lotes ns. 7, 8, 9 e 10, da quadra I-9, com área de 13.170 m2, conforme escritura de comodato entre a FUNDEPAR e a Prefeitura, transcrito no 3° Tabelião de Notas, Livro 457-E, folha 06, na Capital do Estado.

O referido prédio abriga uma escola pré-primária, atendendo cerca de 300 crianças entre três e seis anos, em dois períodos: manhã e tarde. O prédio está pr a Prefeitura municipal se dispõe a fazê-la -los logo após efetivar-se a doação proposta.

A cessão de comodato feita em 21 de dezembro de 1981 é por tempo indeterminado, sendo que o Município de Nova Esperança vem atendendo ao estipulado na já citada escritura.

O projeto de lei não possui qualquer impedimento ao seu trâmite, estando em condições de ser apreciado pelo Plenário.

Neste sentido, manifestamos o nosso parecer favorável, opinando pela sua Aprovação.

Sala das Comissões, em 07.06.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

BASÍLIO ZANUSSO

Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
PROJETO DE LEI N. 087/88

P A R E C E R:

De autoria do Nobre Deputado Ferrari Júnior, o projeto de lei em tela doa ao Município de Nova Esperança, um prédio em alvenaria, constituído pelos lotes ns. 7, 8, 9 e 10, da quadra I-9, com área de 13.170 m2, conforme escritura de comodato entre a FUNDEPAR e a Prefeitura, transcrito no 3° Tabelião de Notas, Livro 457-E, folha 06, na Capital do Estado.

Conforme pudemos observar, pela análise da justificativa apresentada, o prédio em questão abriga uma escola primária, vindo a atender cerca de 300 crianças entre 3 e 6 anos, nos períodos diurno e noturno. Há necessidade de serem feitos reparos urgentes, os quais a Prefeitura Municipal se dispõe a realizá-los, tão logo venha a concretizar a doação ora proposta.

É importante ressaltar que, o Município de Nova Esperança vem cumprindo o es-

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Pirajá Ferreira, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, por 10 (dez) sessões, do Projeto de Lei n° 008/88. Aprovado. Fica portanto retirado da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões o Projeto de Lei n° 08/88.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 68/88, de autoria do Deputado EDUARDO BAGGIO, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DA SUCEAM - ASSUCEAM, com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Public. no DA. n. 18 de 05.04.88).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N. 068/88

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria do Deputado Eduardo Baggio, objetiva seja declarada de Utilidade Pública, a Associação dos Funcionários da SUCEAM - ASSUCEAM, com sede e foro na Cidade Curitiba.

Com as modificações introduzidas pela Lei n. 8589, de 22 de outubro de 1.987, que alterou o artigo 1° da Lei n° 6994, de 10 de janeiro de 1978, observa-se que o Plano de Lei em epígrafe, encontra-se devidamente instruído, em razão da redução do prazo para a aquisição de sua personalidade jurídica.

Relativamente aos demais documentos, foram totalmente satisfeitos, razão porque, inexistem óbices legais de ordem constitucional ou regimental que obstaculem a sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Nestas condições, opinamos favoravelmente a sua Aprovação.

O parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 09.08.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

JOSÉ AFONSO JÚNIOR

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 87/88, de autoria do Deputado FERRARI JÚNIOR, que doa ao Município de Nova Esperança um prédio em alvenaria constituído pelos lotes ns. 7, 8, 9 e 10, da Quadra I-9, com área de 13.170 m2, conforme escritura de comodato entre a FUNDEPAR e a Prefeitura, transcrito no 3° Tabelião de notas, Livro 457-E, folha 06, na Capital do Estado. Com PARECERES FAVORÁVEIS da

tipulado na escritura de cessão de comodato, que acompanha este projeto de lei.

A medida em exame veio a merecer apoio da Comissão de Constituição e Justiça, por entender a mesmo inexistem óbices para o trâmite normal do projeto, estando pois em condições de apreciação pelo Plenário.

Esta Douta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, chamada a opinar de conformidade com o artigo 53 do Regimento Interno, vem a seguir o entendimento da Comissão supra-citada, nos termos em que se apresenta.

Assim sendo, manifestamos o nosso parecer Favorável, opinando pela sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.08.88.

(aa) ACYR MEZZADRI

Presidente

DAVID CHERIEGATE

Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 98/88, de autoria do Deputado NILTON BARBOSA, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO FILANTRÓPICA DE ASSISTÊNCIA AO JOVEM, com sede e foro no Município de Campo Mourão. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Public. no DA. n. 30 de 27.04.88).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 098/88

PARECER:

De autoria do ilustre Deputado NILTON BARBOSA, objetiva o presente plano de lei declarar de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO FILANTRÓPICA DE ASSISTÊNCIA AO JOVEM, com sede e foro no Município de Campo Mourão.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela aprovação do presente plano de lei, nos termos em que se apresenta.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 09.08.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente

HERMAS BRANDAO - Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 141/88, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 74/88), que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Goio-Erê os lotes de terreno sob ns. 05, 06, 12 e 13, da quadra 63, da Planta Geral da sede daquela municipalidade, objeto da transcrição n. 2.785, livro 3-B, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Goio-Erê. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.T., por unanimidade. Aprovado. (Public. no DA. n. 43 de 18.05.88).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 141/88

PARECER:

O projeto de lei em exame origina-se da Mensagem Governamental n. 74/88 e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Goio-Erê os lotes de Terreno sob ns. 05, 06, 12 e 13, da Quadra 63, da Planta Geral da sede daquela municipalidade, objeto da Transcrição n. 2.785, livro 3-B, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Goio-Erê.

A medida se justifica, pois a referida área já está sendo ocupada pelo referido Município, atendendo dessa maneira, aos interesses maiores da Administração e da comunidade local.

Não existe qualquer impedimento para o trâmite da matéria nesta Casa de Leis, tanto do ponto de vista constitucional, legal ou regimental.

Neste sentido, manifestamos o nosso Parecer Favorável, opinando pela sua aprovação.

Sala das Sessões, em 31.05.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Relator

#### COMISSÃO DE TERRAS

PROJETO DE LEI N. 141/88

PARECER:

O presente projeto de lei, oriundo da Mensagem Governamental 074/88, pela sua finalidade merece a nossa total concordância, especialmente por se tratar de fato de interesse público, mormente dos municípios de Goio-Erê.

Neste sentido, somos de parecer favorável, opinando pela sua Aprovação.

Sala das Comissões, em 06.06.88.

(aa) DOMINGOS SCARPELLINI

Presidente

ORLANDO PESSUTI

Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 143/88, de autoria do Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI, que declara de Utilidade Pública a Creche LAR SÃO JOSÉ, com sede e foro em Almirante Tamandaré. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Public. no DA. n. 46 de 24.05.88).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 143/88

PARECER:

O presente plano de lei, de autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, objetiva declarar de Utilidade Pública, o Lar São José, com sede e foro em Almirante Tamandaré.

Os objetivos da proposta são altamente meritórios, atendendo-se, sobretudo, a área assistencial aos mais carentes. Devidamente analisado, verifica-se estar instruído de acordo com as recomendações estabelecidas pela Lei n. 6994/78, de 10 de janeiro de 1978.

Na inexistência de impedimentos legais ou constitucionais, esta Comissão se manifesta favoravelmente à tramitação por esta Casa de Leis, opinando pela sua aprovação.

O parecer lhe é favorável.

Sala das Comissões, em 09.08.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

JOSÉ AFONSO JÚNIOR

Relator

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 163/88, de autoria do Deputado PAULO FURIATTI, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor ERNESTO BENEDITO NOGUEIRA. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Public. no DA. n. 54 de 08.06.88)

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 163/88

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Paulo Furiatti, o projeto de lei em tela visa conceder o título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Senhor Ernesto Benedito Nogueira.

O plano de lei em tela encontra-se devidamente justificado, conforme preceitua o Regimento Interno e a sua legalidade encontra-se embasada na Lei n. 5.638, de 13 de setembro de 1.967, que estabelece e regulamenta as condições essenciais para a Concessão de Benemerência ou de Cidadania, Honorária Paranaense.

No plano constitucional, inexistente qualquer óbice que possa vir a prejudicar o tramite normal do projeto, pelos demais órgãos desta Casa.

Assim sendo, esta Douta Comissão de Constituição e Justiça, chamada a opinar, vem a se manifestar pela Aprovação da presente proposta, nos termos em que se encontra. Pelo parecer Favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.09.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

CÂNDIDO BASTOS

Relator

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 167/88, de autoria do Deputado ANTONIO BELINATI, que denomina de EUDES BRANDÃO, o Edifício sede da Escola de Polícia da Secretaria de Segurança Pública. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.,

por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA. n. 55, de 09.06.88.).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 167/88

PARECER:

O presente plano de lei de autoria do nobre Deputado Antônio Belinati, tem por finalidade denominar de EUDES BRANDÃO, o Edifício Sede da Escola de Polícia da Secretaria de Segurança Pública.

A presente proposição é justa homenagem a honrosa pessoa de Eudes Brandão, exemplo sempre lembrado da moral em nossa Polícia paranaense, além disso, este projeto se encontra devidamente ajustado com os termos do Regimento Interno e com as normas vigentes. Assim sendo, por todo o exposto, em nada obsta este relator quanto ao aspecto legal e constitucional da matéria, que vem a enaltecer aqueles que realmente devem ser lembrados pelos seus espíritos de nobreza e íntegra formação moral.

Nestas condições, o nosso Parecer é Favorável, opinando-se pela sua Aprovação. É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.08.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

HERMAS BRANDÃO

Relator

#### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,

TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PROJETO DE LEI N. 167/88

P A R E C E R:

De autoria do nobre parlamentar Antônio Belinati, o presente plano de lei visa denominar de EUDES BRANDÃO o edifício Sede da Escola de Polícia da Secretaria de Estado da Segurança Pública.

A Douta Comissão de Constituição e Justiça ao analisar a proposição posicionou-se pelo parecer favorável por entender ser justa homenagem àquele que enalteceu pela sua moral a nossa Polícia paranaense.

Chamada a opinar esta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, conforme lhe faculta o artigo 53 do Regimento Interno, compartilha com o entendimento da Douta Comissão de Constituição e Justiça ao entender ser a presente medida realmente justa e merecida homenagem a figura de Eudes Brandão.

Assim sendo, é o nosso parecer favorável, opinando-se pela aprovação deste projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.08.88.

(aa) ACYR MEZZADRI

Presidente

JOSÉ FELINTO

Relator

**1.ª DISCUSSÃO** - Do Projeto de Lei n. 207/88, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 78/88), que objetiva acrescentar um novo parágrafo ao artigo 1º, da Lei n. 8679, de 22.12.87, que autoriza o Poder Executivo a proceder permuta de imóveis com Município de Londrina, objetivando ensejar condições no sentido da construção de um Distrito Policial, Sede Administrativa, Carceragem, Instituto Médico Legal, Setor de Identificação e demais serviços correlatos, na sede do referido Município. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado (Public. no DA n. 67 de 24.08.88).

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**PROJETO DE LEI N. 207/88**

**P A R E C E R:**

Através de Mensagem Governamental, chega a esta Casa de Leis o Projeto de Lei n. 207/88, visando alterar a redação da Lei n. 8.679, de 22 de dezembro de 1987.

Analisando a proposição, constata-se que o Governo Estadual reconhece a necessidade de transformar o parágrafo Único, da referida Lei, em parágrafo 1º, bem como acrescentar o parágrafo 2º, com a redação que segue: "§ 2º - O Imóvel de propriedade do Estado do Paraná, a que se refere este artigo, fica desafetado de uso especial, para dar condições de a citada permuta efetivar-se.

Assim sendo, convencidos pela justificativa que acompanha a iniciativa, manifestamo-nos pela aprovação da matéria.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.09.88.

(aa) **TADEU LÚCIO MACHADO**

Presidente

**CAÍTO QUINTANA**

Relator

Sobre a mesa, requerimento de n° 387, de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de 414, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 407, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 382, de autoria do Senhor Deputado Antônio Amibelli, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 383, de autoria do Senhor Deputado Antônio Amibelli, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 388, de autoria do

Senhor Deputado José Rogério Carvalho, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 389, de autoria do Senhor Deputado José Rogério Carvalho, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 390, de autoria do Senhor Deputado José Rogério Carvalho, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 391, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 393, de autoria do Senhor Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 394, de autoria do Senhor Deputado Werner Wanderer, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 395, de autoria do Senhor Deputado Werner Wanderer, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 396, de autoria do Senhor Deputado Werner Wanderer, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 397, de autoria do Senhor Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 398, de autoria do Senhor Deputado Antônio Amibelli, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 400, de autoria do Senhor Deputado Luiz Antonio Setti, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 405, de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 406, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 408, de autoria do Senhor Deputado Antônio Costenaro Neto, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 404, de autoria do Senhor Deputado Paulo Furiatti, com apoio dos Senhores Deputados Sabino Campos, Ezequias Losso, Eduardo Baggio e demais Senhores Deputados, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 410, de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente. Aprovado. À Dire-

**toria Legislativa.**

Requerimento de nº 368, de autoria do Senhor Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de nº 412, de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de nº 413, de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de nº 328, de autoria do Senhor Deputado Antônio Costenaro Neto, constante do expediente de sessão anterior. **Em votação.**

O SR. ARTAGAO MATTOS LEO - (Pela Ordem).

Senhor Presidente, a Bancada do PMDB irá aprovar o requerimento do ilustre Deputado Antônio Costenaro Neto, no entanto, este requerimento poderia ser dirigido ao Chefe da Casa Civil, que poderia prestar todas as informações necessárias que o ilustre Deputado está solicitando.

Como o nosso Governo é de transparência, a Bancada do PMDB está aprovando neste momento o requerimento do ilustre Deputado Antônio Costenaro Neto.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Está aprovado o requerimento.

Requerimento de nº 411, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de nº 320, de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente de sessão anterior. **Rejeitado.**

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) - Eu quero verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)

Esta Presidência defere e fará a verificação requerida por Vossa Excelência. Deputados que aprovam o requerimento do Deputado Pedro Tonelli, queiram levantar-se: Seis Deputados aprovam. Deputados que rejeitam o requerimento do Deputado Pedro

Tonelli, queiram levantar-se: Quatorze Senhores Deputados rejeitam.

Não há "quorum" para deliberação, apenas para prosseguimento da sessão.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) - Quero que conste nos anais desta Casa os votos favoráveis à luta do povo de Cerro Azul e Adrianópolis, dos Deputados Algaci Túlio, Pedro Tonelli, Ezequias Losso, João Arruda, Antônio Costenaro Neto e Edmar Luiz Costa, os demais não se sensibilizaram com a comunidade de Cerro Azul e Adrianópolis.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Esta Presidência mandará anotar o voto favorável de Vossa Excelência ao seu requerimento.

Informo ao Plenário que restam... esta Presidência possui 6 requerimentos que já estão com suas discussões encerradas, não havendo "quorum" para deliberação.

Esta Presidência encerra a sessão marcando outra para amanhã, obedecendo o esforço concentrado acordado entre as lideranças para amanhã às 14:30 horas, à Hora Regimental, com a seguinte Ordem do Dia:

Antes lembrando, porém, aos Senhores Deputados, que às 10:00 horas teremos uma reunião de lideranças e demais Deputados, no gabinete da presidência, para discutirmos assunto da nossa Assembléia Estadual Constituinte.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 28, à hora regimental, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 175/88 e dos Projetos de Resolução nºs 59/88, 60/88, 61/88, 62/88 e 63/88.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 232/87, 68/88, 87/88, 98/88, 141/88, 143/88, 163/88, 167/88, 207/88, 262/88.

Levanta-se a sessão.